

**Brasil**

**<Denominação do Projeto> (BR-LXXXX)  
 APÊNDICE I - Análise de Risco (v. PP)  
 ROP – PROFISCO Anexo XVIIc**

					<b>UTILIZAR PARA POD/PAL</b>	
<i>Fatores de Riscos</i>	<i>Descrição do Risco</i>	<i>Cl de risco a</i>	<i>Nível de Análise</i>	<i>Medidas de Mitigação</i>	<i>Cl de risco a</i>	
<b>I Nível de Risco do País</b>						
Contexto Macroeconômico	O cenário macroeconômico do Brasil apresenta uma perspectiva favorável para os próximos anos. Seu elemento central é a consolidação da qualidade da política econômica e a sua previsibilidade. Cabe registrar: a drástica redução do risco país (178 pontos em fevereiro de 2007) e a competente gestão da dívida pública. A dívida externa pública encontra-se, atualmente, no seu nível mais baixo desde o ano de 1947.	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia Brasil -2007 (2)</li> <li>Memorando de Programação e Carteira – 2007 (2)</li> </ul>			
Governabilidade e ambiente político	O término da execução do projeto está previsto para o ano de <.....>. Assim, o <.....> ano de execução estaria dentro do <.....> ano da nova administração federal e estadual e poderia resultar em atrasos na execução do Projeto.	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia Brasil -2007 (2)</li> <li>Memorando de Programação e Carteira – 2007 (2)</li> <li>Legislação Eleitoral Brasileira</li> </ul>			
Aspectos fiduciários do País	A estratégia de país não indica existência de risco fiduciário. O Brasil conta eficientes mecanismos de controle do uso de recursos públicos, eficiente e transparente sistema de controle externo e instituições consolidadas para a gestão de recursos públicos como Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Controladoria Geral da União (CGU), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Tribunal de Contas da União (TCU).	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia Brasil -2007 (2)</li> <li>Memorando de Programação e Carteira – 2007 (2)</li> <li>Country Financial Accountability Assessment 2002 (2)</li> </ul>			
<b>II. Riscos Específicos do Setor e da Operação</b>						
Apropriação pelo Estado e prioridade do Projeto	O <Mutuário> adotou as seguintes providências: (i) solicitou e obteve recomendação favorável da COFIEEX, em <.....> para preparação junto ao BID de um Projeto para modernização da gestão fiscal, no âmbito da Linha de Crédito CCLIP-PROFISCO; (ii) incluiu o valor do Projeto no Programa de Ajuste Fiscal do Estado (PAF); (iii) preparou solicitação de autorização legislativa para a operação; (iv) designou equipe de projeto com pessoal de planta experiente, que participou na execução do PNAFE. As seguintes providências ainda carecem de finalização: (i) inclusão	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carta consulta aprovada pela COFIEEX.(3)</li> <li>Equipe de Projeto constituída por servidores públicos e envolvida na sua preparação.(3)</li> </ul>			

<b>UTILIZAR PARA POD/PAL</b>					
<i>Fatores de Riscos</i>	<i>Descrição do Risco</i>	<i>Cl de risco a</i>	<i>Nível de Análise</i>	<i>Medidas de Mitigação</i>	<i>Cl de risco a</i>
	do Projeto no Plano Plurianual (PPA); (ii) alocação dos recursos de financiamento e contrapartida no Orçamento Anual (LOA).				
Governabilidade e ambiente político do setor	Baixa capacidade para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional n.42/03 que determinou maior integração entre os fiscos.	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emenda Constitucional n.43/03 (2)</li> <li>• Plano Estratégico concluído, sendo implementado (2)</li> </ul>		
Políticas setoriais e instituições	O <Mutuário> está aderindo ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e ao Cadastro Sincronizado Nacional (CSN), com a finalidade harmonizar procedimentos, intercambiar base de dados e integrar o cadastro estadual ao cadastro nacional, como elementos de apoio à reforma tributária. Essas iniciativas estão sendo coordenadas pelo Ministério da fazenda e apela Receita Federal do Brasil.	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emenda Constitucional n.43/03 (2)</li> <li>• Decreto nº 6.022/07 que instituiu o SPED (2)</li> <li>• Protocolos de cooperação técnica entre o Governo Federal e os Estados, para desenvolvimento de projetos integrados. (2)</li> </ul>		
Aspectos técnicos e de desenho	Hipóteses desfavoráveis: (i) que o desenho técnico do Projeto não considere as lições aprendidas do PNAFE; (ii) que o Projeto não esteja alinhado com o Marco de Referência do PROFISCO; (iii) que o Projeto não seja apropriado pela equipe do governo.	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório de Avaliação do PNAFE/PE (PCR) (2)</li> <li>• Diagnóstico Institucional-Fiscal, concluído (3)</li> <li>• Análise de Risco do Projeto realizada (3)</li> </ul>		
Capacidade de implementação e sustentabilidade	Baixa experiência em monitoramento e avaliação de Projetos.	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Durante a Missão de Orientação os técnicos da SEFAZ demonstraram preocupação com a capacidade da Secretaria em monitorar e avaliar Projetos. (1)</li> </ul>		
Gestão financeira e auditoria	A Análise de Risco efetuada apontou a ocorrência de <b>percepção de risco</b> na .....	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de Risco do Projeto realizada (3)</li> </ul>		
Aquisições	A análise de risco também indicou ( <b>percepção de risco</b> ) que .....	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de Risco do Projeto realizada (3)</li> </ul>		
Salvaguardas sociais e ambientais	Em relação a questões ambientais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco, que é consistente com a avaliação da equipe de projeto, por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Fazenda.	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toolkit ambiental concluído (3)</li> <li>• Análise de Risco do Projeto realizada (3)</li> </ul>		

<b>UTILIZAR PARA POD/PAL</b>					
<i>Fatores de Riscos</i>	<i>Descrição do Risco</i>	<i>Cl de risco a</i>	<i>Nível de Análise</i>	<i>Medidas de Mitigação</i>	<i>Cl de risco a</i>
	Conseqüentemente, não se considera necessária a preparação de uma estratégia ambiental para o projeto.				
Outros	Risco de atraso na aprovação da operação decorrente das análises e conferências documentais realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como em razão da elegibilidade fiscal do Estado de Pernambuco no momento da negociação do contrato.	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ocorrência de atrasos na contratação de outros empréstimos com entes subnacionais (Estados e Municípios) (1)</li> </ul>		

**III. Risco Global (incluindo Riscos de Reputação)**

**Itens de referência:**

a Classificação de riscos com base em uma escala de quatro níveis, segundo a possibilidade de ocorrência e a magnitude do impacto adverso:

1: Risco Baixo

2: Risco médio

3: Risco alto

4: Risco muito alto

b Outros exemplos incluem: incremento dos custos; ocorrência de fracassos em projetos similares; condições adversas externas que afetam o desenvolvimento do Projeto; custo/benefício do Projeto; e riscos específicos para operações em áreas afetadas por conflitos.

c Três níveis de análise de risco em ordem ascendente: (1) Juízo informado; (2) trabalho/documento existente; (3) estudo/trabalho para o Projeto concluído / proposto

d Síntese dos resultados da estratégia de salvaguardas